

humanitas



Vol. LXII
2010

da literatura, os filólogos e historiadores da língua, os arqueólogos, os antropólogos e etnólogos, bem como os historiadores da Idade Média. Da leitura do volume, ficou-nos bem patente a imagem de uma região e de gentes cujas características, em termos de usos e de costumes, podem ainda ser vislumbradas em determinados extractos da vivência portuguesa rural actual, no que constitui um delicioso reencontro com a mesma identidade, que ainda pulsa e nos forma enquanto povo.

PAULA BARATA DIAS

PLATÃO, *A República*. Tradução, introdução e notas de Eleazar Magalhães Teixeira. Fortaleza, Edições UFC, 2009, p. 371 + LVIV.

A tradução de um texto como a *República* é sempre uma iniciativa a destacar, particularmente quando tem a chancela de uma instituição de prestígio, como a Universidade Federal do Ceará, a que o seu tradutor, Eleazar Magalhães Teixeira, está vinculado. Acresce que a *República* não constitui apenas uma obra incontornável para o conhecimento da filosofia platónica e das doutrinas do chamado período da maturidade, em especial a Teoria das Ideias ou Formas e a defesa da imortalidade da alma. O seu sincretismo temático e o conteúdo pioneiro, embora polémico, de várias reflexões ou inovações – assim, o pressuposto da igualdade entre homens e mulheres, no que toca à educação e à governação, a criação de um sistema comunitário de vida e bens, pelo menos para a classe dos guardiães, ou a rejeição da poesia em função de conceitos éticos e ontológicos - projectam-na hoje em áreas claramente autónomas como a psicologia, a antropologia, a educação, a teoria política ou a teoria literária.

Deste cruzamento de perspectivas, realçado desde logo no prefácio à obra (p. XIII), nos dá conta a pormenorizada análise das linhas argumentativas que a Introdução condensa, com exemplar clareza e sensibilidade pedagógica. O A. reparte-a em rubricas temáticas que acompanham, sem rigidez, a sequência dos livros, precisando algumas relações estruturais importantes: entre justiça e educação, entre os fundamentos da Cidade utópica e a Ideia do Bem (“espécie de bússola que deve orientar cada ação ou empresa humana”, p. XL), entre a educação superior dos guardiães e o mundo das Ideias ou Formas, ou entre realidade e aparência - antinomia que, embora concentre o seu peso metafísico na alegoria da Caverna ou

no livro X, percorre de facto todo o diálogo. De interesse para esta visão da sequência argumentativa são as referências relativas a termos chave da linguagem ontológica de Platão, como *mimesis*, *logos*, *episteme* (que preferiríamos ver traduzido por “conhecimento” em vez de “ciência”, p. XXXVII, *passim*), *doxa* ou *to on*, que as anotações ao texto complementam (em particular as que acompanham os passos referidos). Especialmente pertinentes são as considerações sobre a *mimesis* “imitação”, geralmente conotada com valores negativos, a partir da rejeição da poesia (sobretudo no livro X), mas que efectivamente conta, mesmo na *República*, como factor imprescindível no processo formativo do indivíduo e da aquisição/assimilação ao Bem (vide pp. XXVI-XXVII) – aspecto que as *Leis* irão retomar e amplificar.

A versão do texto grego testemunha o mesmo cuidado de rigor linguístico e clareza conceptual, com uma variedade lexical sugestiva que compensa alguns passos mais áridos ou obscuros, decorrentes do original (em 479d3 optaria, aliás, pela não manutenção do anacoluto, eliminando o *que* a seguir a *examinemos*). Sem prejuízo disso, algumas soluções de pormenor afiguram-se-nos menos felizes. Em 470c (p. 180), a tradução de “parenta” (subst.) para *syngenes* (adj.) “aparentado”, “com a mesma origem” é desnecessariamente forçada; pouco mais adiante, *trophos* “que alimenta”, “ama”, faz parte de um *tropos* retórico da linguagem da autoctonia, que deve ser mantido (cf. *Menéxeno*, 237c): “pilhar a sua ama e mãe”, i. e., a terra grega (o passo 414c, que aliás mantém a associação, deve ser também revisto a esta luz: “é preciso que decidam da terra em que habitam como de uma mãe ou ama...”); ainda, em 469a (p. 178), a tradução de *daimones* (*hagnoí*) por “(puros) espíritos” cria problemas de anacronismo e ambiguidade linguística, não menores do que a sua equivalência etimológica a “demônios” em 540c (p. 263), onde o sentido é claramente o de “divindades”, opostas aos “seres divinos e terrestres” (uma distinção porventura paralela à de “santos” e “beatos” na terminologia cristã). Assinalemos, de passagem, que teria sido mais funcional inserir a nota relativa a *daimones* a propósito do sinal “demónico” (divino) de Sócrates, cuja tradução, sem mais, por “demônio” cria confusão no leitor desprevenido (496c, cf. p. 209, n. 18).

No que concerne à terminologia filosófica, a tradução de *eidós* por “ideia”, em 505e, em vez de “forma”, como nas ocorrências anteriores, levanta outra ordem de problemas, não obstante o esclarecimento da nota respectiva (p. 221). É, obviamente, uma tradução legítima (de resto, adoptada por M. H. Rocha Pereira, que o autor conhece e cita), mas o

risco de ambiguidade com o uso trivial do termo torna-se patente no texto apresentado: pouco antes (504e) ocorre o termo “ideia” na sua acepção comum, a traduzir pertinentemente *dianoema* e, em 560c, *logoi*. A optar pela equivalência de *eidos* a “ideia”, será preferível então eliminar o recurso ao seu uso genérico (isto é, não ontológico), a fim de evitar confusões de ordem conceptual que, neste caso, o original não levanta¹⁹.

Uma nota, por último, respeitante à bibliografia. Sem prejuízo do objectivo primeiro de compreender e enquadrar o texto na sua dimensão filosófica e cultural, seria desejável que alguns trabalhos mais recentes tivessem sido contemplados. Referimo-nos, entre outros, à edição crítica de S. R. Slings (*Platonis Respublica*, Oxford 2003) e a duas obras expressamente dedicadas ao diálogo: J. Annas, *An Introduction to Plato's Republic* (Oxford 1981) e G. Ferrari (ed.), *The Cambridge Companion to Plato's Republic* (Cambridge 2007).

Estes reparos pontuais não empenam a qualidade da presente versão e do seu estudo introdutório, cujo contributo para os estudos platónicos, no universo de leitores de língua portuguesa, desejamos aqui saudar.

MARIA TERESA SCHIAPPA DE AZEVEDO

PLINIO II Giovane, *Lettere scelte*, con commento archeologico di K. Lehmann –Hartleben, introduzione di Paul Zanker, aggiornamento bibliografico a cura di Anna Anguissola. Pisa, Edizioni della Normale, 2007, xxviii + xiv + 76 pp.; ISBN 978-88-7642-197-6.

Trata-se da reedição da antologia de 35 cartas de Plínio o Moço organizada e comentada por K. Lehmann –Hartleben com mestria invulgar e originalmente publicada em Firenze, G. C. Sansoni, 1936.

¹⁹ Um exemplo bem ilustrativo da ambiguidade entre *ideia* na acepção comum, e *ideia* como equivalente ao *eidos* platónico pode ver-se nos comentários críticos de Pessoa, vários deles respeitantes à *República*, insertos nos *Textos filosóficos I* (ed. de A. de Pina Coelho, Lisboa s/d). O conhecimento, que efectivamente Pessoa possuía, de serem as Ideias realidades *de facto*, com existência à parte das coisas sensíveis, não impede equívocos como este: “Dizer que as ideias e as coisas são reais, umas mais do que as outras, é evidentemente mau juízo, não só porque o mundo *nos surge por ideias* mas também porque a realidade não tem graus ... “(p. 88, sublinhado nosso).